

ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

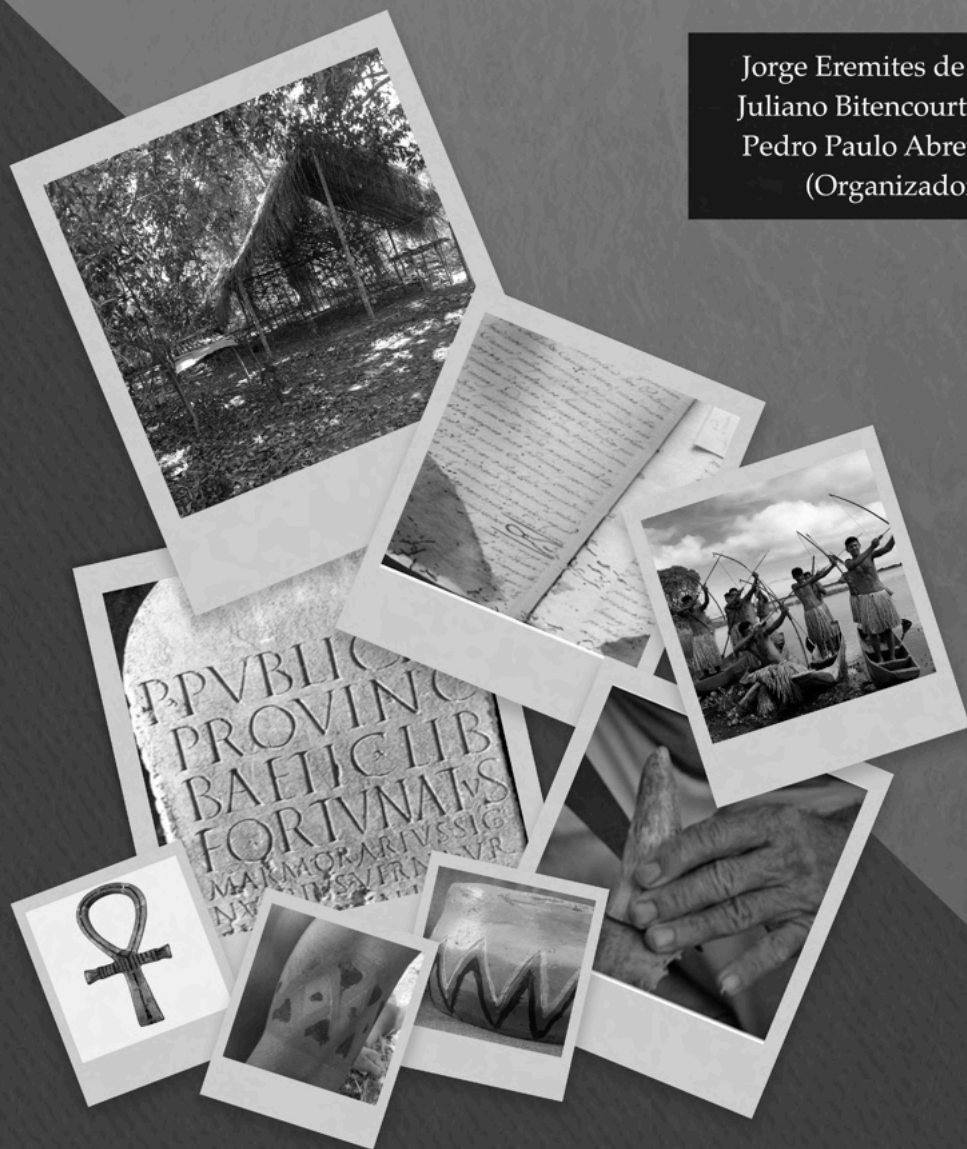
Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo Abreu Funari
(Organizadores)



ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo Abreu Funari
(Organizadores)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Acervo dos autores

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Jorge Eremitas de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo Abreu Funari

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2 / Organizadores Jorge Eremitas de Oliveira, Juliano Bitencourt Campos, Pedro Paulo Abreu Funari. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-914-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.148221603>

1. Arqueologia. I. Oliveira, Jorge Eremitas de (Organizador). II. Campos, Juliano Bitencourt (Organizador). III. Funari, Pedro Paulo Abreu (Organizador). IV. Título.

CDD 930.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde o século XIX, em particular, que a Arqueologia desponta como um dinâmico campo do conhecimento científico que costuma despertar a curiosidade e chamar a atenção de um grande público. Tornou-se imprescindível à compreensão das origens e das múltiplas trajetórias das sociedades humanas, desde longínquas temporalidades na África até sua atual presença em diversas regiões do planeta. Da segunda metade dos oitocentos até as primeiras décadas do século XX, esteve ligada à ideia da construção de identidades nacionais, quer dizer, a projetos de Estado. Mais adiante, tornou-se uma ciência madura e passou a fazer parte de muitas realidades da vida em sociedade. Por isso, cada vez mais está presente, por exemplo, em publicações científicas, na mídia em geral, em representações cinematográficas e no imaginário de milhões de pessoas, mundo afora.

Neste sentido, o livro “Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicas” apresenta uma coletânea de trabalhos que registra parte da pujança da Arqueologia no tempo presente, seja no Brasil, seja em outros países, como em Portugal. A obra está marcada pela pluralidade de temas estudados por experientes pesquisadoras/es e por uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas, as quais são pautadas pela interdisciplinaridade e aplicadas em estudos de interesse a temas variados: acervos arqueológicos, educação patrimonial, sustentabilidade, patrimônio cultural, laudos judiciais sobre terras por tradição ocupadas por povos originários, tecnologias indígenas, percepções sobre o registro arqueológico, antiguidade clássica, direitos humanos, ensino da arqueologia, cartografia, projetos colaborativos, multivocalidade, entre outros.

A obra aqui apresentada destina-se a um público mais amplo, inclusive a pessoas em diferentes níveis de formação acadêmica e vinculadas a campos como os da Arqueologia, claro, mas também Antropologia Social, Geografia, História, Educação, Museologia, entre outras áreas. Volta-se, sobretudo, a pessoas que têm interesse no patrimônio arqueológico, em sua percepção como legado cultural, na materialidade de relações sociais no tempo e espaço, ao visar a convivência e a diversidade.

No caso do Brasil, país que conta, hoje, com dezenas de cursos de bacharelado, mestrado e doutorado em Arqueologia (alguns com área de concentração em arqueologia), a presente publicação soma a tantas outras que buscam compartilhar experiências que não apenas possuem base empírica consistente, mas que também aspiram a superar o norte epistêmico, incorporar saberes tradicionais e analisar situações históricas até pouco tempo desprezados ou pouco valorizados na academia, prol do convívio solidário.

Por tudo isso, a leitora e o leitor têm em suas mãos uma publicação organizada com esmero em tempos difíceis, marcados por guerras, conflitos assimétricos, crises econômicas e epidemias, um livro que vale a pena conferir.

Boa leitura!

Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo A. Funari

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO, OS DESAFIOS DO USO DE UM ACERVO ARQUEOLÓGICO

Raquel dos Santos Funari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216031>

CAPÍTULO 2..... 11

INSTITUTO OLHO D'ÁGUA E A SUSTENTABILIDADE CULTURAL: UMA MISSÃO NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA

Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues

Jorlan da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216032>

CAPÍTULO 3..... 25


PATRIMÔNIO CULTURAL EM FOCO : ESTUDO DE CASO A RESPEITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RECONHECIDO PELOS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Bruna Cataneo Zamparetti

Lucy Cristina Ostetto


Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216033>

CAPÍTULO 4..... 40

ETNOARQUEOLOGIA NO LAUDO PERICIAL SOBRE A TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO


Jorge Eremites de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216034>

CAPÍTULO 5..... 61

PÃRI – ARMADILHAS DE PESCA UTILIZADAS PELOS KAINGANG NO VALE DO RIO PIQUIRI

Lúcio Tadeu Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216035>


CAPÍTULO 6..... 92




ANÁLISES DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE REGIÕES DO LITORAL PAULISTA

Luana Campos

Cristina Fachinni

Aline Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216036>

CAPÍTULO 7	104
«HÁBITOS ELETIVOS, CONTRÁRIOS À VIRTUDE» E «OBRAS DA OMNIPOTÊNCIA DIVINA»: ABORDAGEM TEÓRICA DAS EVIDÊNCIAS DOS ESTADOS ALTERADOS DE CONSCIÊNCIA NO REGISTO ARQUEOLÓGICO DA IDADE MODERNA EM PORTUGAL	
Miguel Martins de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216037	
CAPÍTULO 8	123
A CONTRIBUIÇÃO DA EPIGRAFIA LATINA PARA O ESTUDO DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO	
Filipe Noé da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216038	
CAPÍTULO 9	136
FÚLVIA E AS DEUSAS BÉLICAS EM SUAS MOEDAS	
Tais Pagoto Bélo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216039	
SOBRE OS ORGANIZADORES	148
ÍNDICE REMISSIVO	150

CAPÍTULO 4

ETNOARQUEOLOGIA NO LAUDO PERICIAL SOBRE A TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO

Data de aceite: 01/03/2022

Jorge Eremites de Oliveira

Docente da UFPel – Universidade Federal de Pelotas e bolsista do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<https://orcid.org/0000-0001-9148-1054>

RESUMO: Neste capítulo o autor apresenta uma síntese do laudo antropológico e histórico sobre a Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso. O trabalho foi concluído e entregue à Justiça Federal em Cuiabá em 2018 e no estudo constam os resultados de pesquisas etnoarqueológicas, etnológicas e etno-históricas, além mapas georreferenciados sobre uma área tradicionalmente ocupada pelo povo indígena Guató na região do Pantanal.

PALAVRAS-CHAVE: Etnoarqueologia, Laudos Judiciais, Pantanal, Povo Indígena Guató, Terras Indígenas.

ETHNOARCHAEOLOGY IN THE EXPERT REPORT ON THE BAÍA DOS GUATÓ INDIGENOUS LAND, PANTANAL OF MATO GROSSO

ABSTRACT: In this chapter the author presents a synthesis of the anthropological and historical report on the Baía dos Guató Indigenous Land, located in the municipality of Barão de Melgaço, state of Mato Grosso. The work was completed and delivered to the Federal Court in

Cuiabá city in 2018 and the study contains the results of ethnoarchaeological, ethnologic and ethnohistorical research, as well as georeferenced maps of an area traditionally occupied by the Guató indigenous people in the Pantanal region.

KEYWORDS: Ethnoarchaeology, Judicial Reports, Pantanal, Guató Indigenous People, Indigenous Lands.

ETNOARQUEOLOGÍA EN EL LAUDO PERICIAL SOBRE LA TIERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO

RESUMEN: En este capítulo el autor presenta una síntesis del informe antropológico e histórico sobre la Tierra Indígena Baía dos Guató, ubicada en el municipio de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso. El trabajo fue concluido y entregado al Tribunal Federal em la ciudad de Cuiabá en 2018 y el estudio incluye los resultados de investigaciones etnoarqueológicas, etnológicas y etnohistóricas, así como mapas georreferenciados de un área tradicionalmente ocupada por el pueblo indígena Guató en la región del Pantanal.

PALABRAS CLAVE: Etnoarqueología, Laudos Judiciales, Pantanal, Pueblo Indígena Guató, Tierras Indígenas.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar, de maneira sucinta, o laudo antropológico e histórico concluído e entregue em 2018 à Justiça Federal em Cuiabá, estado de Mato Grosso, no âmbito

do Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600. Trata-se de um estudo técnico-científico que incide sobre a área identificada, delimitada, demarcada, declarada e homologada, por meio da Portaria MJ n. 1.750/2009 e do Decreto n. 9.356/2018, respectivamente, como Terra Indígena Baía dos Guató. A área possui uma superfície aproximada de 19.164 hectares e está localizada no município mato-grossense de Barão de Melgaço, bacia hidrográfica do rio Cuiabá e áreas de influências, no interior do Pantanal, a maior planície de inundação do globo e um importante bioma localizado na porção central da América do Sul. Os trabalhos ali realizados estão fortemente baseados em pesquisas de natureza etnoarqueológica, etnológica, etno-histórica e historiográfica, as quais possibilitam corroborar com a afirmativa de que a área periciada é, de fato, terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, em conformidade com o Art. 231 da Carta Constitucional de 1988 (G. Silva, 2000; Barros, 2006; Eremites de Oliveira, 2018).

A referida comunidade, por sua vez, faz parte da população de um povo originário, o povo Guató, conhecido historicamente como índios canoeiros do Pantanal, cujo idioma nativo tem sido linguisticamente filiado, desde o começo dos anos 1970, à família homônima e ao tronco linguístico macro-jê (Eremites de Oliveira, 1996, 2002; Eremites de Oliveira e Milheira, 2020). Esta filiação tem sido indicada em estudos realizados por Aryon Dall'Igna Rodrigues e pesquisadoras/es que se associam à sua perspectiva teórico-metodológica. Há, contudo, estudos que seguem outras orientações e sugerem tratar-se de uma língua isolada, situação esta que denota certa idiosincrasia presente na academia brasileira (ver Rodrigues, 1970, 1986; Palácio, 1984; Martins, 2011, 2013; Franchetto e Godoy, 2017; e outros).

Para cumprir com o propósito aqui apresentado, deu-se ênfase à história da comunidade e sua relação com o espaço reivindicado como terra indígena, bem como ao estudo dos assentamentos localizados às margens dos rios Cuiabá e Perigara e do canal ou *corixo* do Bebe, incluindo o conhecido Aterrado do Bananal, estrutura monticular de origem indígena erguida em temporalidades pré-coloniais. Os dados obtidos durante as diligências periciais foram sistematicamente organizados em mapas georreferenciados que contribuem para a compreensão do assunto.

SOBRE A ETNOARQUEOLOGIA

A etnoarqueologia é um subcampo ou especialidade da arqueologia que se dedica ao estudo de povos originários ou indígenas e comunidades tradicionais, contemporâneos e não-ocidentais. Estudos desse tipo dependem de consistente formação holística e da habilidade na aplicação do método etnográfico, também conhecido como observação participante ou observação direta, recorrido concomitantemente como processo e produto à abordagem arqueológica. Pesquisas etnoarqueológicas costumam ser realizadas com ênfase na materialidade com a qual coletivos humanos se relacionam no tempo presente

e/ou, também, segundo informações registradas em fontes escritas, imagéticas e outras. Pressupõem o estabelecimento de uma relação simétrica entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es da pesquisa, haja vista que consiste em observar a vida social e a cultura de grupos étnicos, com ênfase na cultura material, isto é, na materialidade das relações sociais no tempo e espaço (F. Silva, 2008; Eremites de Oliveira, 2011, 2015, 2022; Souza e Eremites de Oliveira, 2019).

No âmbito da arqueologia mundial, a etnoarqueologia teve considerável impulso e foi institucionalizada a partir das décadas de 1960 e 1970, popularizada como etnografia arqueológica ou arqueologia etnográfica e outras terminologias. Este processo ocorreu no contexto do movimento intelectual denominado de Nova Arqueologia (*New Archaeology*), também conhecido como Arqueologia Processual, sob forte influência das ideias de Lewis R. Binford e outros representantes. À época, ficou marcada por uma abordagem materialista associada ao neoevolucionismo, à ecologia cultural e à teoria de médio alcance, recorrida com o propósito de entender processos socioculturais mais amplos, inclusive os relacionados à formação do registro arqueológico. Em fins dos anos 1970 e ao longo dos dois decênios seguintes, no contexto do movimento plural conhecido como Arqueologia Pós-Processual, marcado pelas influências de Ian Hodder e apoiadores, a etnoarqueologia passou ser criticada e atualizada em relação a tendências mundiais, assim observadas na academia e nas sociedades nacionais: movimento indígena, feminismo, pós-modernismo, pós-colonialismo etc. Tornou-se, com efeito, mais dinâmica e plural em termos de temas, estudos e abordagens teórico-metodológicas, inclusive com a incorporação de aportes vindos do campo da etno-história, além do necessário afastamento em relação à dependência das analogias diretas e da ideia negativa de aculturação ou perdas culturais. Dito de outra maneira, nos dias de hoje a etnoarqueologia não está atrelada a esta ou aquela orientação teórico-metodológica e, portanto, torna-se impertinente a ideia de que se limitaria ao processualismo binfordiano e estaria obsoleta e fadada a sucumbir como especialidade ou subcampo da arqueologia (Eremites de Oliveira et al., 2019; Eremites de Oliveira, 2022).

Neste contexto mais amplo, nota-se que desde as décadas de 1970, 1980 e 1990, período marcado pelo gradual processo de (re) democratização do Brasil e de outros países da América Latina, a etnoarqueologia aqui praticada tem sido feita, especialmente para o caso dos povos originários, dentro da perspectiva holística de contribuir para o conhecimento de uma história indígena de longa duração ou tempo longo. Gradualmente passou a se diferenciar em relação a outras etnoarqueologias praticadas na América do Sul, muitas vezes desconcatenadas das situações históricas vivenciadas pelos povos indígenas e mais voltadas, pois, à compreensão – supostamente neutra – do passado arqueológico fossilizado no tempo e espaço. A diferenciação maior está no fato da etnoarqueologia (à) brasileira possuir uma tendência descolonial, ligada a uma arqueologia sobre, para e com os povos originários e comunidades tradicionais e, com efeito, ligada a um projeto de nação

plural e à defesa dos direitos humanos e da biodiversidade em seu sentido mais amplo.

Dado ao fato da etnoarqueologia estar voltada a uma forma particular de produzir etnografias focadas na materialidade, costuma valer-se de uma abordagem diacrônica e apresenta grande potencial à produção de laudos antropológicos e históricos sobre terras ou territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas e quilombolas. Por este motivo, tem sido cada vez mais valorizada dentro e fora da academia brasileira, sobretudo em tempos marcados pela violação dos direitos territoriais dos povos originários e de comunidades tradicionais, como observado no Brasil no tempo presente.

OS TRABALHOS DE CAMPO NA TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ

Os trabalhos de campo, empreendidos para a produção do laudo de que trata o presente estudo, foram realizados no período de 22 de agosto a 1 de setembro de 2017, em um ambiente marcado por conflitos pela posse da terra e a mobilização da comunidade indígena para contribuir com o sucesso das diligências periciais. À época, a população guató ali girava em torno de 60 a 70 pessoas, distribuídas em umas 25 famílias, todas falantes da língua portuguesa, porém com uma perceptível tendência de aumento demográfico. Muitas delas estavam e seguem empenhadas na revitalização do idioma nativo, haja vista a obsolescência da língua, conforme registrado ao longo do século XX e posteriormente. Tal situação está diretamente associada ao violento processo de desterritorialização ou remoção forçada, promoção da invisibilidade étnica e, conseqüentemente, à transformação de grande parte do território tradicional do povo Guató em fazendas, unidades de conservação, reservas particulares do patrimônio natural etc.

Vale salientar que a comunidade Guató que vive na área periciada está distribuída em três aldeias, a saber: Aterradinho, Acuri (antiga Coqueiro) e São Benedito. No tempo presente, famílias guató estabelecidas naquela região e em outras localidades do Pantanal seguem a construir e ocupar aterros indígenas na planície de inundação. São estruturas monticulares de diferentes tamanhos e alturas, denominadas de *marabohó* na língua nativa, o que atesta a continuidade de uma antiga tradição, verificada desde, ao menos, 8.400 anos, conforme explicado em recente estudo (Eremites de Oliveira e Milheira, 2020).

Neste sentido, para a realização da perícia foi feita uma densa pesquisa documental e bibliográfica e, igualmente, concluídos os trabalhos de campo no período já indicado, quando o perito, funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e assistentes técnicos das partes estiveram na área em litígio. Na ocasião, foi mantida interlocução com indígenas e não-indígenas que vivem na região e em parte de seu entorno, e verificada a relação que mantêm com a terra. Também foi concluído o levantamento de locais apontados por membros da comunidade como de ocupação tradicional, incluindo sítios arqueológicos do período pré-colonial e atualmente ocupados pelos Guató, bem como as histórias a eles relacionadas. Para esta finalidade, contou-se com o apoio do arqueólogo e historiador

Rafael Guedes Milheira, docente da Universidade Federal de Pelotas, que prestou ajuda ao perito em campo. Ele assim o fez após o Juízo ser devidamente comunicado sobre esta necessidade. Anteriormente, no dia 1 de agosto de 2017, houve audiência na Justiça Federal em Cuiabá, com a presença da juíza federal Vanessa Curti Perenha Gasques e representantes das partes envolvidas no litígio, momento em que o assunto foi tratado, sobretudo a respeito da logística para a realização das diligências periciais. Nos dias 28, 29 e 30 de agosto do referido ano, a referida juíza federal realizou inspeção judicial com a presença do auxiliar do Juízo, assistentes técnicos das partes e outras pessoas. A entrega do laudo final ocorreu no mês de maio de 2018.

Experiências anteriores, referentes a trabalhos periciais realizados para a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, como em Campo Grande e Ponta Porã, por exemplo, também serviram de base para a elaboração do estudo encomendado à Justiça Federal em Mato Grosso, conforme pode ser verificado em outras publicações (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009, 2010, 2012; Eremites de Oliveira, 2011, 2015, 2018).

A respeito do povo Guató, vale registrar que as comunidades existentes no Pantanal, como na Terra Indígena Guató (aldeia Uberaba) e na localidade da Barra do São Lourenço (terra indígena não regularizada), em Corumbá, e na Terra Indígena Baía dos Guató, em Barão de Melgaço, identificam-se com antigos aterros ou montículos artificiais de terra construídos por indígenas na região. Percebem-se como descendentes diretos das populações que os construíram e os ocuparam desde temporalidades imemoriais (Eremites de Oliveira, 1996, 2002, 2018; Eremites de Oliveira e Milheira, 2020). No tempo presente, famílias guató seguem a ocupar e até mesmo a construir aterros no Pantanal, como verificado nos municípios de Corumbá e Barão de Melgaço, dentre outras áreas, como no município mato-grossense de Cáceres (Cruvinel, 1978; Cardoso, 1985; Eremites de Oliveira, 2018; Eremites de Oliveira e Milheira, 2020).

Existe uma quantidade significativa de fontes documentais e bibliográficas, dentre outras, a respeito da presença desses índios no Pantanal. São diversas as fontes primárias e secundárias, a depender da época, origem e familiaridade de sua autoria com o registro etnográfico, bem como referências bibliográficas de interesse à antropologia social, arqueologia, geografia, história, linguística e outros campos do conhecimento científico. Trata-se de correspondências oficiais, crônicas e relatos de expedições e viagens, filmes, iconografias, relatórios administrativos, reportagens jornalísticas, representações cartográficas, vídeos etc. Soma-se a esta relação, a literatura acadêmica em geral, constituída por artigos e livros científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado etc.

Todas as fontes indicadas, incluindo o resultado de pesquisas arqueológicas contínuas e sistemáticas, publicadas a partir dos anos 1990, atestam que desde, ao menos, 8.400 anos atrás o Pantanal tem sido ocupado por diferentes populações indígenas, com marcante presença de povos canoeiros. Sua expressiva diversidade étnica é verificada

a partir de uns 3.000 anos atrás e começou a ser constituída por um conjunto de fatores relacionados ao crescimento demográfico das populações locais e à chegada de coletivos migratórios oriundos de regiões circunvizinhas, como da Amazônia, Cerrado, Chaco, Mata Atlântica e bosques subandinos. Associa-se a marcante biodiversidade pantaneira, sobretudo a constituída ao longo do holoceno, à presença de populações indígenas e seus complexos processos de humanização das paisagens locais, incluindo formas de manejo agroflorestal e a construção de aterros (Eremites de Oliveira e Viana, 2000; Eremites de Oliveira, 1996, 2002, 2012).

No caso da Terra Indígena Baía dos Guató, inicialmente foi feito o levantamento e a análise de fontes históricas e da bibliografia mais conhecida sobre a presença dos Guató no Pantanal, desde o século XVI até o tempo presente. Providenciou-se, ainda, uma pesquisa nos arquivos do Museu do Índio e da Biblioteca Nacional, realizada por meio de acesso a documentos digitalizados e disponibilizados na Internet. Acrescenta-se a isso, a realização de intenso trabalho de campo para fins do registro de dados etnográficos e etnoarqueológicos para a compreensão do assunto e formação de opinião sobre uma questão central: saber se a área em litígio é ou não terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, em observação ao que determina a legislação brasileira. Para este propósito, teve-se o cuidado de produzir dezenas de mapas temáticos sobre a Terra Indígena Baía dos Guató, bem como acerca da Terra Indígena Guató, sendo que esta última está localizada no município sul-mato-grossense de Corumbá, dentre outros lugares historicamente ocupados pelos indígenas canoeiros, incluindo sítios arqueológicos levantados anteriormente e durante a perícia.

Em linhas gerais, o rigor científico empregado na elaboração do laudo pericial assegura a imparcialidade (não confundir com neutralidade) que a Justiça Federal espera de trabalhos técnico-científicos desta natureza, os quais auxiliam no esclarecimento dos fatos e na tomada de decisão sobre a lide.

CONCLUSÃO

O laudo pericial sobre a área denominada Terra Indígena Baía dos Guató contém 181 páginas e foi estruturado em cinco partes: 1) Introdução; 2) Capítulo 1 – Etno-história, fontes e situações históricas (do século XVI ao século XXI); 3) Capítulo 2 – Língua, identidade étnica, organização social e economia; 4) Capítulo 3 – Quesitos das partes (União, FUNAI e Autores); e 5) Conclusão. Optou-se, assim, em respeito às partes e ao Juízo, por escrever dois capítulos iniciais antes de responder aos quesitos formulados para o perito, os quais totalizam 63 perguntas, a maioria de significativa complexidade antropológica, arqueológica, geográfica, histórica, jurídica e sociológica.

Com base nos resultados obtidos e apresentados à Justiça Federal, pode-se afirmar, de maneira peremptória, que a área em litígio é terra tradicionalmente ocupada pelos

Guató. Este povo indígena canoeiro há muito é conhecido para o Pantanal, inclusive antes, durante e depois da promulgação da Carta Magna em 5 de outubro de 1988, conforme atesta a memória social, a pesquisa etnoarqueológica e vários estudos e documentos oficiais, como o relatório oficial de Cardoso (1985), encaminhado nos anos 1980 à FUNAI. Para a área em questão, esta situação é verificada desde, ao menos, a primeira metade do século XVIII, especialmente para assentamentos localizados às margens dos rios Cuiabá e Perigara, incluindo o conhecido Aterrado do Bananal, estrutura monticular erguida em temporalidades pré-coloniais, e, posteriormente, para do *corixo* do Bebe.

O estudo realizado abrangeu toda a comunidade Guató que vive na área, distribuída nas três aldeias ali constituídas: Aterrado (rio Cuiabá), Acuri (*corixo* do Bebe) e São Benedito (rio Perigara). Foi ainda verificado, por meio da interlocução com diversas pessoas e inspeção visual *in loco*, que famílias indígenas seguem a construir e ocupar aterros naquela parte do Pantanal, como ocorre nas aldeias Aterrado e São Benedito. Esta situação comprova a continuidade de uma antiga tradição verificada no Pantanal desde, ao menos, 8.400 anos, relacionada à construção e uso de estruturas monticulares.

Em linhas gerais, portanto, conclui-se que a área em litígio é um espaço fundamental para a reprodução física e cultural da população indígena atual e das futuras gerações de pessoas Guató ali estabelecidas. Finalizando o laudo, o perito agradece o apoio recebido para a realização dos trabalhos de campo, seja de pessoas da comunidade indígena, seja dos assistentes técnicos das partes, FUNAI, moradores regionais do entorno e outras tantas, e coloca-se à disposição do Juízo para os esclarecimentos se fizerem necessários.

Nº.	NOME DO LUGAR	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	Capão-de-mato localizado nas proximidades do Posto de Proteção Ambiental São Luiz, pertencente ao SESC Pantanal.	16°41'09.6" S 56°10'27.6" W	Lugar de proteção ambiental onde há vários capões-de-mato e cordilheiras que podem ser sítios arqueológicos do tipo aterro, relacionados a antigas populações indígenas canoeiras. Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
02	"Casa de Rondon", edificação com apoio da agência indigenista oficial, localizada aldeia Bororo, dentro da área da Terra Indígena Perigara, próxima às margens do Rio São Lourenço.	16°55'20.1" S 56°13'44.6" W	Trata-se de uma edificação construída sobre sítio arqueológico do tipo aterro, onde ocorrem evidências materiais de antiga ocupação indígena, sobretudo de populações canoeiras, como fragmentos de vasilhas cerâmicas e conchas de moluscos aquáticos. Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
03	Residência sobre local aterrado, indicada como localizada na Fazenda Cabeceira do Riozinho.	16°56'00.7" S 56°25'24.2" W	Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
04	Sítio Nossa Senhora Aparecida, com cerca de 93,5 hectares, indicado como propriedade de Edson Duarte Silva.	16°55'41.7" S 56°25'42.7" W	Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.

05	Residência da família de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe, onde o perito da Justiça Federal, o assistente técnico da FUNAI e outras pessoas ficaram alojadas durante as diligências periciais.	16°59'46.3" S 56°33'14.4" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
06	Residência da família de Antônio Alves da Silva (Guató), conhecido como Totó, irmão de Guilherme Pedroso da Silva (Guató) e ex-marido de Sandra da Silva (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'48.2" S 56°33'12.8" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
07	Residência da família de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'45.7" S 56°33'12.0" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
08	Residência da família de Raquel Luiza de Paula (Guató), filha de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'49.8" S 56°33'22.2" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
09	Sepultura de Emanuel Pedroso da Silva (Guató), filho de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), criança falecida aos quatro dias de nascimento, na data de 25/12/2015, localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'48.6" S 56°33'11.5" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
10	Residência da família de Romeu Candelário de Paula (Guató), filho de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	17°00'02.5" S 56°33'29.6" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. A casa foi construída sobre sítio arqueológico com material cerâmico.
11	Residência da família de Raul Mário de Paula (Guató), filho de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	17°00'02.0" S 56°33'31.3" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. A casa foi construída sobre sítio arqueológico com material cerâmico.
12	Residência da família de Domingas Moraes de Amorim (Guató) e Euclides de Amorim (Guató), filho da irmã de Domingos Manoel de Amorim (Guató), localizada às margens do Rio Cuiabá. Neste caso, trata-se do casamento entre primos.	17°01'10.5" S 56°35'05.7" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local foi recentemente aterrado por meio de trabalho manual e com auxílio de trator.

13	Residência da família de Dalvina Moraes de Amorim (Guató), conhecida como Dalva, filha de Domingos Manoel de Amorim (Guató), localizada às margens do Rio Cuiabá.	17°00'52.8" S 56°35'13.3" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
14	Aterrado do Bananal, localizado às margens do Rio Cuiabá, onde mora a família de Carlos Henrique Alves Arruda (Guató), conhecido como Carlinhos, filho de Sandra da Silva (Guató).	17°00'36.1" S 56°35'39.3" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico, inclusive com sepultamentos humanos e diversas evidências de antiga ocupação indígena.
15	"Cemitério de Anjos" no Aterrado do Bananal, localizado às margens do rio Cuiabá, onde há evidências arqueológicas de antigos sepultamentos de crianças indígenas.	17°00'35.4"S 56°35'39.6"W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico, inclusive com sepultamentos humanos e diversas evidências de antiga ocupação indígena. Nas proximidades há uma cruz em homenagem ao menino João Carlos Alves de Arruda (Guató), filho de Carlos Henrique Alves Arruda (Guató), nascido no dia 23/06/2002 e falecido no dia 19/06/2011 aos 9 anos de idade.
16	Cemitério indígena com dois sepultamentos humanos secundários no Aterrado do Bananal, localizado às margens do Rio Cuiabá.	17°00'34.8"S 56°35'39.5"W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico, inclusive com sepultamentos humanos e diversas evidências de antiga ocupação indígena.
17	Aterro do Guató, localizado às margens do Corixo do Bebe.	17°01'01.9" S 56°35'00.9" W	No local, Carlos Henrique Alves Arruda (Guató), conhecido como Carlinhos, filho de Sandra da Silva (Guató), havia começado a construir uma casa em 2008, a qual foi queimada por pessoas contrárias aos interesses da comunidade indígena, segundo informou. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico com evidências materiais de antiga ocupação indígena.
18	Residência de Sandra da Silva (Guató).	17°00'17.9" S 56°35'56.8" W	Aldeia Aterrado. O local foi recentemente aterrado por meio de trabalho manual.
19	Residência de Clealdo da Silva, conhecido como Goiano (não-indígena), e Agda de Moraes Costa, sobrinha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°00'36.2" S 56°35'34.1" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, nas margens do Corixo do Aterrado e do Rio Cuiabá.
20	Casa em construção para a família de Maria Célia, mãe de Agda de Moraes Costa, sobrinha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°00'47.0" S 56°35'29.4" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, nas margens do Rio Cuiabá.

21	Residência da família de Benjamim de Amorim de Moraes (Guató), conhecido como Gordo, filho de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°01'26.6" S 56°34'57.5" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
22	Residência da família de Domingos Manoel de Amorim (Guató), conhecido como Pero Véio, chamado por não-indígenas de Juruna e Troncho.	17°01'45.8" S 56°35'11.7" W	Aldeia Aterradinho. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
23	Residência da família de João Marques da Silva (Guató), conhecido como Vangi, viúvo de Maria Alcília de Amorim (Guató, falecida) e cunhado de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°02'02.9" S 56°35'14.3" W	Aldeia Aterradinho. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
24	Casa destinada a acampamento de pesca de iscas para pessoas da comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató.	17°02'16.1" S 56°34'20.7" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
25	Antigo local de residência da família de Domingos Manoel de Amorim (Guató), conhecido como Pero Véio, na localidade chamada Alegria.	17°01'42.8" S 56°33'05.5" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
26	Antigo local de residência de João Marques da Silva (Guató), conhecido como Vangi, viúvo de Maria Alcília de Amorim (Guató, já falecida à época) e cunhado de Domingos Manoel de Amorim (Guató), localizado às margens do Corixo do Bebe.	17°00'02.2" S 56°33'39.7" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
27	Casa indígena em construção nas margens do Corixo do Bebe.	16°59'52.7"S 56°33'18.7"W	No local há um sítio arqueológico do tipo aterro, com evidências materiais de antiga ocupação indígena, especialmente fragmentos de vasilha cerâmica.
28	Corixo Guató, por onde navegam os Guató.	17°03'22" S 56°34'51" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
29	Confluência dos corixos Guató e Guatózinho, por onde navegam os Guató.	17°03'15" S 56°34'0" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
30	Residência da família de Juliano Moraes de Amorim (Guató), conhecido como Júlio, filho de Tereza Moraes de Amorim (Guató), conhecida como Terezinha, filha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17° 0'2.28" S 56°27'39.96" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
31	Residência da família de Tereza Moraes de Amorim (Guató), conhecida como Terezinha, filha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17° 0'1.08" S 56°27'39.24" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.

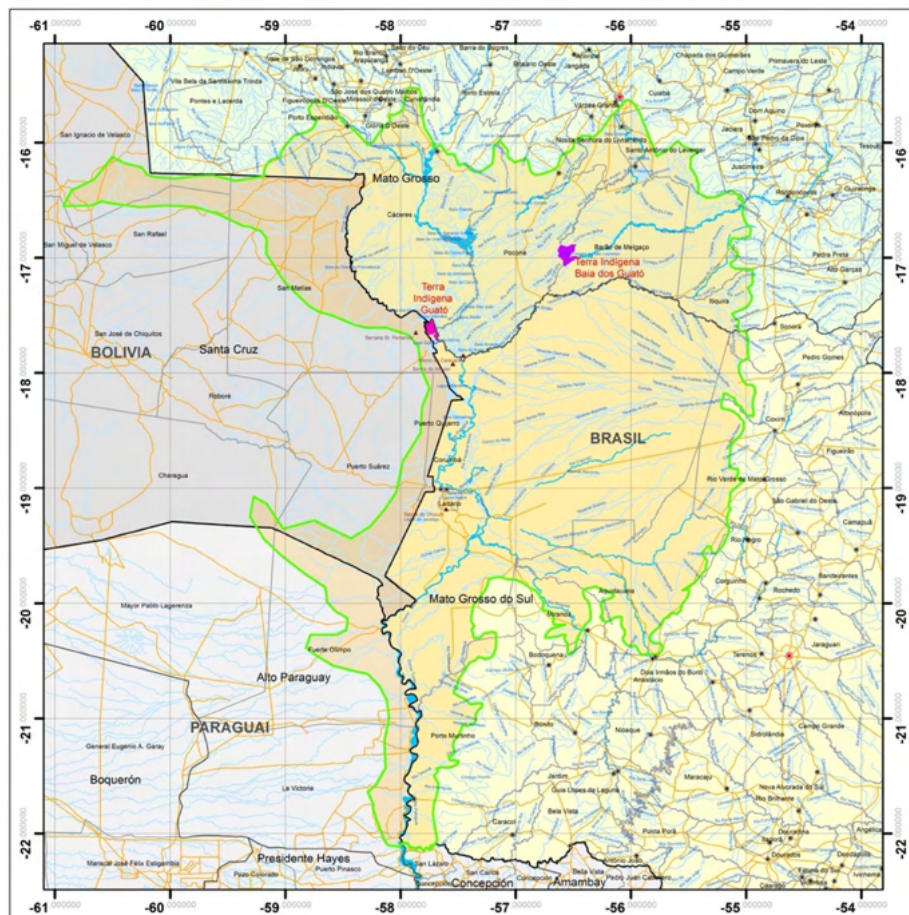
32	Residência da família de Berenice de Moraes Amorim Campos (Guató) e Leonil Marques de Campos (descendente de Guató e Chiquitano), estabelecida em propriedade do casal.	17° 0'3.40" S 56°26'58.80" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
33	Residência da família de Teodorica de Moraes, conhecida como Dorica, ex-esposa de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	16°59'59.64" S 56°27'38.58" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.
34	Capela da Aldeia São Benedito.	16°59'59.52" S 56°27'38.40" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.
35	Casa de Juliana Moraes de Amorim (Guató), filha de Tereza Moraes de Amorim, conhecida como Terezinha (Guató) e neta de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	16°59'59.04" S 56°27'36.36" W	Aldeia São Benedito. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.
36	Casa de Benedito Bernardo de Arruda (não indígena), conhecido como Bernardo, estabelecida em sua propriedade.	16°59'24" S 56°29'25" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. Toda a propriedade estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
37	Ponto localizado na Baía dos Guató, por onde navegam os Guató.	17°01'35.4"S 56°33.34.2"W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
38	Hotel Arara Azul.	17°00'05.8" S 56°27'37.5" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
39	Sítio Santa Tereza, com cerca de 20 hectares, propriedade da família de Aurílio Soares da Penha e Odilza Francisca da Penha (não-indígenas).	17°00'13.8" S 56°28'36.0" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. Parte da propriedade estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
40	Fazenda Cambará, com cerca de 470 hectares, propriedade de Ana Maria de Almeida Martins (professora) e Genésio de Arruda Martins (falecido e irmão de Benedito Bernardo de Arruda), ambos não-indígenas.	17°00'08.6" S 56°27'58.5" W	Parte da propriedade, cerca de 20%, estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
41	Baía de São Benedito (antigo canal), por onde navegam os Guató.	16°59'26.5" S 56°27'52.1" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
42	Casa na propriedade da família de José de Arruda Martins, conhecido como Zé Edil (não-indígena).	16°58'21.1"S 56°29'12.5"W	Parte da propriedade estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
43	Acampamento para pesca de isca no Corixo São Benedito.	17°01'07.2" S 56°31'44.6" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.

44	Porto da Fazenda Guató às margens do Corixo do Bebe.	16°59'45.5" S 56°33'02.0" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató e próximo da Aldeia Acuri.
45	Roça de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), localizada às margens do Corixo do Bebe.	16°59'41.0" S 56°32'55.7" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, próximo da Aldeia Acuri e local onde há evidências arqueológicas de antiga ocupação indígena, como fragmentos de vasilhas cerâmicas.
46	Roça de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), localizada às margens do Corixo do Bebe.	16°59'36.6" S 56°32'47.6" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, próximo da Aldeia Acuri e local onde há evidências arqueológicas de antiga ocupação indígena, como fragmentos de vasilhas cerâmicas.
47	Sepultura humana desconhecida, identificada com cruz de madeira (piúva), localizada Roça de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), às margens do Corixo do Bebe.	16°59'32.9" S 56°32'44.7" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, próximo da Aldeia Acuri e local onde há evidências arqueológicas de antiga ocupação indígena, como fragmentos de vasilhas cerâmicas.
48	Local de retirada de terra para aterro.	17°0'32.01" S 56°35'42.72" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
49	Aeroporto da Ilha Camargo.	17°3'27.16" S 56°34'52.89" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
50	Jazida de argila.	17°0'35.05" S 56°36'11.81" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
51	Área de coleta de mel de abelhas	16°59'29.36" S 56°34'6.46" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.

OBS.: Os lugares enumerados estão devidamente indicados nos mapas confeccionados sobre a Terra Indígena Baía dos Guató.

Quadro 1: Locais vistoriados em 2017 na Terra Indígena Baía dos Guató e adjacências.

TERRAS ÍNDIGENAS GUATÓ NO PANTANAL, BRASIL



LEGENDA

Pantanal
 Limite Pantanal

Simbologia Complementar

- Serra/Morro
- Capitais MT/MS
- Cidades MT/MS
- Corpo d'água de destaque
- Curso d'água de destaque
- Curso d'água
- Limite nacional
- Limite estadual/provincial
- Limite municipal

Terras Indígenas

- Guató
- Baía dos Guató

Simbologia Complementar

- Capitais MT/MS
- Cidades MT/MS
- Rodovia
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Bolívia
- Paraguai

LOCALIZAÇÃO PANTANAL

Legenda

- Limite Pantanal
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Estados vizinhos
- Países vizinhos

0 225 450 900 Km

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Sistema de Coordenadas Geográficas:
 Graus Decimais
 Datum: SIRGAS 2000
 Local: Pantanal
 Cidade/UF: MID/MT
 Bioma: Pantanal

Dados Vetoriais Gerais:
 CIPRA, 2014;
 DIVA-GIS, 2015;
 DNIT, 2012;
 IBGE, 2014;
 ISA, 2015.

Dados Matriciais:
 EMBRAPA, IMAGEM RADAR SRTM, 2015;
 GOOGLE EARTH, 2015.

Organização: Gil Passos de Mattos & Jorge Eremides de Oliveira
 Data: 05/01/2016

Figura 1: Mapa de terras indígenas Guató regularizadas ou em processo de regularização na região do Pantanal até o ano de 2018.



Figura 10: Aterro da Sandra (Aldeia Aterradinho).



Figura 11: Aterradinho do Bananal (Aldeia Aterradinho).



Figura 12: Acampamento de pesca (Aldeia Aterradinho).



Figura 13: Casas na Aldeia Aterradinho.



Figura 14: Casa na Aldeia São Benedito.



Figura 15: Produção de vasilhas cerâmicas no Aterro da Sandra (Aldeia Aterradinho).

Figuras 10-15: Terra Indígena Baía dos Guató.



Figura 16: Interlocução com mulheres na Aldeia Acuri.



Figura 17: Roça no Aterradinho do Bananal.



Figura 18: Roça na Aldeia Acuri.



Figura 19: Acampamento em roça na Aldeia Acuri.



Figura 20: Casa na Aldeia São Benedito.



Figura 21: Borda de vasilha cerâmica encontrada no Aterradinho do Bananal (Aldeia Aterradinho).

Figuras 16-21: Terra Indígena Baía dos Guatós.

REFERÊNCIAS

BARROS, E. P. de. 2006. *Laudo pericial histórico-antropológico*. Processo n. 2000.36.00.005382-1 – Justiça Federal: Cuiabá.

CARDOSO, P. A. 1985. *Relatório de viagem aos Guatós*. Brasília: FUNAI.

CRUVINEL, N. V. 1978. Relatório de viagem aos Guatós. In: *Processo FUNAI-BSB-4683/77*. Brasília: FUNAI, p.82-127.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 1996. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2002. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2011. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Habitus*, Goiânia, 9: 166-196.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2012. A humanização das paisagens pantaneiras pelos povos indígenas: um estudo sobre o uso e manejo da palmeira acuri pelos Guató. In: MORETTI, E. C.; BANDUCCI JUNIOR, Á. (Org.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande: Editora UFMS, p.89-116.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2015. (Re) aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; MURA, F.; SILVA, A. B. da (Org.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA, p.234-261.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2018. *Laudo pericial de natureza antropológica e histórica sobre a área denominada Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso*. Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600. Cuiabá: Justiça Federal.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2022. Prefácio: por mais etnografias arqueológicas na Arqueologia Brasileira. In: SILVA, L. A. da; WAGNER, G. P. *Imagens da Pesca: uma etnografia arqueológica na região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Madrid: JAS Arqueologia Editorial, p.1-14.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. 2009. Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico de uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil como Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. 2010. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R. L. S. de; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados: Editora UFGD, p.185-208.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. 2012. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; MILHEIRA, R. G. 2020. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, Rio de Janeiro, 26 (3): 1-39.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; TEDESCO, G. V. de L.; CARVALHO, H. B.; VAZ, L. J. de M.; VIANA, S. A. 2019. Irmhild Wüst, sempre presente! Uma contribuição à etnoarqueologia brasileira e sul-americana. In: WÜST, I. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial*. Criciúma: Editora Unesc, p.19-29.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S. A. 2000. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*, São Paulo, 44: 142-189.

FRANCHETTO, B.; GODOY, G. 2017. Primeiros passos da revitalização da língua Guató: uma etnografia. *Revista Lingüística*, Rio de Janeiro, 13 (1):281-302.

MARTINS, A. M. S. 2011. *Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.

MARTINS, A. M. S. 2013. O morfema ϵ do Guató: de uma possível marca de ergatividade à marca de concordância. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, 5 (2): 435-451.

PALÁCIO, A. P. 1984. *Guató – a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RODRIGUES, A. D. 1970. Línguas ameríndias. In: *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, p.4034-4036.

RODRIGUES, A. D. 1986. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

SILVA, G. J. da (Coord.). 2000. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Baía dos Guató – MT*. Processo n. 2.094/2000. Brasília: FUNAI.

SILVA, F. A. 2008. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, 8 (16):121-139.

SOUZA, R. L. de; EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2019. Etnoarqueologia e processo de territorialização entre os indígenas Wasusu do vale do Rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. *Tellus*, Campo Grande, 39: 105-138.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acervo Arqueológico 1

Alforrias 123, 124, 125

Arqueologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 30, 38, 39, 41, 42, 44, 59, 61, 63, 64, 67, 69, 72, 80, 83, 85, 86, 87, 94, 101, 102, 104, 105, 108, 109, 110, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 132, 133, 134, 136, 148

Arqueologia Cognitiva 104, 110

Arqueologia Colaborativa 11, 12, 13, 14, 23, 24

Arqueologia Pública 3, 11, 12, 23, 101

C

Comunidade 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 96, 97, 110

Comunidade Indígena 41, 43, 45, 46, 48

D

Deusas 136, 139, 144

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 13, 17, 19, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 82, 86

Educação Patrimonial 25, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 82, 86

Epigrafia 123, 126, 127, 129, 132, 133

Escravidão Antiga 123, 124

Estados Alterados de Consciência 104, 108, 111, 112, 117, 121

Etnoarqueologia 40, 41, 42, 43, 59, 60, 148

Etno-História 42, 45, 59, 61, 63, 64, 83, 85, 148

Etno-História Indígena 61

F

Fúlvia 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145

I

Império Romano 123, 124, 127, 128, 129, 131, 134, 135

Índios Kaingang 61

Interdisciplinar 104, 109, 120

Interdisciplinaridade 104, 116

L

Laudos Judiciais 40

Libertos 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135

M

Memória 10, 15, 16, 17, 22, 26, 33, 35, 37, 46, 85, 96, 101, 102, 121, 145, 148

Moedas 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Multivocalidade 11, 12, 13

P

Pantanal 40, 41, 43, 44, 45, 46, 52, 59

Pari 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 89

Pari-Armadilha de Pesca 61

Patrimônio 11, 12, 13, 14, 17, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 148

Patrimônio Arqueológico 13, 14, 23, 38, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102

Patrimônio Cultural 11, 12, 14, 17, 19, 22, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 92, 94, 95, 96, 97, 102, 148

Patrimônio Imaterial 31

Povo Indígena Guató 40

Preservação 6, 13, 14, 17, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 37, 38, 39, 72, 96, 97, 102, 115

S

Séculos XV-XVIII 104

Serra da Capivara 5, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23

Sistematização 96, 104, 112

Sustentabilidade 11, 12, 13, 14, 15, 23, 94

Sustentabilidade Cultural 11, 12, 13, 14, 15, 23

T

Terras Indígenas 40, 52, 59, 148


Testemunhos Arqueológicos 110, 112, 113


V


Vale do Rio Piquiri-PR 61


ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 